SUMÁRIO

1. SUJEITOS LEGITIMADOS A POSTULAR RECUPERAÇÃO JUDICIAL 1

1. Legitimação para postular recuperação 1
2. Pretensão do devedor, não dos credores 6
3. Devedor empresário 7
4. Devedor sociedade empresária 12
5. Produtor rural 19
6. Exercício regular da atividade há mais de dois anos 23
7. Não ser falido 26
8. Não ter obtido concessão de recuperação há menos de 5 anos ... 27
9. Não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes concursais... 29
10. Empresários não legitimados a postular recuperação judicial 31

2. CRÉDITOS SUJEITOS AO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS 35

11. Créditos sujeitos à recuperação 35
12. Significado da sujeição de crédito à recuperação 45
13. Créditos não expressamente excluídos pela lei 47
14. Credores de outras empresas ou de sócios da empresa em recuperação judicial que não estão em recuperação 49
15. Crédito tributário 51
16. Coobrigados com empresa em recuperação 58
17. Trava de domicílio bancário 65
18. Créditos garantidos por penhor de títulos e direitos creditícios... 66
19. Créditos garantidos por alienação fiduciária de créditos 70
20. Adiantamento do contrato de câmbio 76
21. Contrato de *leasing* 77
22. Alienação fiduciária 78

23. Contrato de venda de unidades imobiliárias e contrato de venda com reserva de domínio 80
24. Créditos extraconcursais do art. 67 da LRF 80
25. Obrigações assumidas no âmbito das câmaras ou prestadoras de serviços de compensação e de liquidação financeira 82
26. Obrigações a título gratuito 82
27. Despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial 83

3. POSTULAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL 85
28. Fase postulatória 85
29. Elementos da petição inicial 85
30. Juízo competente 86
31. Causa de pedir 91
32. Abertura de informações na petição inicial 91
33. Documentos contábeis que devem instruir a petição 93
34. Relação nominal de credores 94
35. Relação de empregados 95
36. Documentos societários e de legitimação 95
37. Relação dos bens particulares dos sócios e administradores 96
38. Extratos de contas 97
39. Certidão de protestos de títulos 98
40. Relação de todas as ações judiciais em que o devedor figure como parte 98
41. Valor da causa 99
42. Apresentação de documentos contábeis em juízo 101
43. Restrição à alienação ou oneração de bem do ativo não circulante ... 102
44. Prevenção do juízo recuperacional 104
45. Manutenção da administração da empresa 105

4. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL 109
46. Natureza da decisão que defere o processamento da recuperação 109
47. Análise de legitimação e da adequada instrução do pedido 113
48. Elementos da decisão 119
49. Publicização da decisão que defere o processamento 124
50. Demais efeitos da decisão que defere o processamento da recuperação 124

5. SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES 127
51. *Conditional Stay* 127
52. Fundamento da suspensão 130

53. Bens de capital essenciais à atividade 137
54. Suspensão indireta das execuções fiscais 140
55. Ações e execuções não suspensas 144
56. Suspensão das execuções trabalhistas 147
57. Execuções com hasta já designada 151
58. Termo inicial da suspensão 153
59. Comunicação da suspensão ao juízo da ação ou execução 155
60. Duração da suspensão 157
61. Suspensão da prescrição 161

6. VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS 165
62. Finalidade da verificação de créditos 165
63. Fases administrativa e judicial da verificação de créditos 167
64. Mediação na verificação de créditos 168
65. Verificação administrativa de créditos 171
66. Prazo para a verificação administrativa 175
67. Apresentação do pedido de verificação administrativa 177
68. Requisitos do pedido de verificação de créditos 178
69. Legitimação para habilitação ou para a divergência 179
70. Valor, origem e classificação do crédito 182
71. Documentos comprobatórios do crédito 189
72. Verificação judicial de créditos 191
73. Pedido de reserva 194
74. Habilitação retardatária 194
75. Verificação de crédito trabalhista 199
76. Impugnação 203
77. Legitimação para impugnar 206
78. Prazo para impugnar 207
79. Procedimento da impugnação 209
80. Aprofundamento da cognição na verificação judicial 213
81. Honorários na verificação judicial de créditos 215
82. Recurso cabível 217

7. PLANO DE RECUPERAÇÃO 223
83. Apresentação do plano pelo devedor 223
84. Conteúdo do plano 226
85. Instrumento de cooperação para preservação do valor de empresas viáveis 227
86. Liberdade de meios de recuperação 231
87. Limites da legislação pertinente ao meio de recuperação empregado 233

88. Limites ao tratamento do crédito trabalhista 234
89. Limitação à supressão ou substituição de garantia real 239
90. Limitação à alteração da variação cambial para créditos em moeda estrangeira 241
91. Limitação à supressão de garantias fidejussórias 241
92. Limites ao tratamento não homogêneo entre credores 241
93. Meios que implicam reestruturação do passivo 243
94. Meios que implicam reestruturação do ativo 245
95. Alienação de unidade produtiva isolada 245

8. ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES 255

96. Objeção ao plano de recuperação 255
97. Superação da noção de favor legal 260
98. Soberania das deliberações assembleares 262
99. Limites à assembleia geral de credores 266
100. Prazo para realização da assembleia geral de credores 271
101. Competência da assembleia geral de credores 275
102. Convocação da assembleia geral de credores 278
103. Instalação e condução da assembleia geral de credores 282
104. Legitimados a votar 285
105. Não legitimados a votar 289
106. Participação por representação 293
107. Voto proporcional ao valor do crédito 296
108. Deliberação assemblear e por classes 298
109. Convolação em falência por rejeição ao plano 300

9. CONCESSÃO E CUMPRIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL 301

110. Concessão 301
111. *Cram down* 303
112. Novação 308
113. Extinção ou suspensão das execuções durante a fase de cumprimento 312
114. Convolação em falência por descumprimento do plano 315
115. Encerramento 317
116. Execução de título executivo judicial 318

BIBLIOGRAFIA 319